



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**FABIANA FERREIRA**

**O PROFESSOR E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR**

**GUARABIRA – PB  
2016**

**FABIANA FERREIRA**

**O PROFESSOR E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

GUARABIRA – PB  
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383p Ferreira, Fabiana

O professor e a criança com deficiência no espaço escolar  
[manuscrito] / Fabiana Ferreira. - 2016.  
28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Mônica de Fátima Guedes de Oliveira,  
Departamento de Educação".

1. Estágio Supervisionado. 2. Educação. 3. Inclusão. I.  
Título.

21. ed. CDD 371.9

**FABIANA FERREIRA**

**O PROFESSOR E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 18 / 10 / 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira  
(Orientadora)

José Otávio da Silva  
Prof. Ms. José Otávio da Silva  
(Examinador)

Rônia Galdino da Costa  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Rônia Galdino da Costa  
(Examinadora)

GUARABIRA  
2016

Dedico este trabalho à minha mãe Rosiana Ferreira, que me apoiou incondicionalmente, não somente nos momentos de alegria, mas nos de adversidades. Dedico também a minha amada irmã Rafaela Ferreira Barreto, pessoa que sempre me apontou a educação como melhor caminho a se seguir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu saúde, força e perseverança para que até aqui eu chegasse.

A minha mãe Rosiana, por não medir esforços para que eu prosseguisse na minha formação acadêmica.

A minhas irmãs Ju e Lu, por fazerem parte dessa conquista.

Ao meu primo Pedro Luan, pelo apoio e incentivo para que eu prosseguisse na minha formação.

As minhas amigas Paula e Rosimery, pelo companheirismo e carinho durante todo período de formação. Ressalvo que levarei sempre comigo essas amizades.

Aos colegas de classe pelo respeito e tolerância com que me trataram, mesmo nos momentos que as opiniões divergiam.

Agradeço a todos que fazem parte do corpo docente da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III, pela atenção e compromisso com a educação e o futuro dos profissionais que nela se formam.

Quero agradecer a minha Orientadora e Professora Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, que esteve presente na construção deste trabalho.

Aos professores examinadores deste trabalho.

A todos que fazem parte desta instituição de ensino quero externar os meus sinceros agradecimentos.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram no meu processo de formação.

## O PROFESSOR E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

FERREIRA, Fabiana<sup>1</sup>

### RESUMO

O estágio é uma forma de aproximar o licenciando com sua área de formação, confrontando a teoria estudada com a regência vivenciada. O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a atuação do professor e a inclusão do aluno com deficiência no espaço escolar. Assim sendo, o objetivo desse estudo foi analisar como acontece a inclusão do educando com deficiência. Para fundamentarmos esse trabalho, tomamos por base teórica escritos de Aranha (2001), Mantoan (2003), Mendes (2001). Na metodologia recorreremos às pesquisas: bibliográfica e de campo, ambas qualitativas. No desenvolvimento do texto buscamos abordar questões que permeiam o âmbito educacional na área da Inclusão de crianças com deficiência (mental). Abordamos como a professora desenvolve seu trabalho mediante os educandos tidos por “normais” e os com deficiência. Também discorreremos os aspectos didáticos observados e vivenciados como: procedimentos metodológicos, recursos, a prática desenvolvida em sala e por fim nossa atuação como regentes. Como resultado, percebemos que trabalhar com a inclusão de forma significativa requer um conjunto de fatores, nos quais podemos citar uma boa formação docente em área específica, recursos didáticos e metodológicos adequados e sensibilidade por parte de todos que de forma direta ou indireta estão ligados ao processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estágio Supervisionado. Educação. Inclusão.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual da Paraíba- Campus III, 2016. <http://lattes.cnpq.br/9879284277534054>.

## **ABSTRACT**

The Traineeship is a way to approach the student in his area of training, confronting the theory studied with experienced regency. This paper presents a reflection on the teacher's performance and the inclusion of students with disabilities at school. Therefore, the aim of this study was to analyze how the inclusion of student with disabilities happens. To justify this work, we take some theoretical basis writings in Aranha (2001), Mantoan (2003), Mendes (2001). In our methodology we used researches: bibliographical and field, both qualitative. In developing the text we address issues that permeate the educational framework in the area of children with disabilities Inclusion (mental). Approach as the teacher develops its work by the students taken by "normal" and disabled. We discuss the observed didactic aspects and experienced like methodological procedures, resources, the practice developed in the classroom and ultimately our role as regents. As a result, we realized that significantly, working with the inclusion requires a set of factors on which we can mention a good teacher training in the specific area, educational and methodological resources adequate and sensitivity on the part of all whom directly or indirectly linked to the process teaching and learning of the student with disabilities.

**KEY-WORDS:** Traineeship. Education. Inclusion



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. O QUE SE ENTENDE POR INCLUSÃO E O QUE DIZ A LEI .....	11
3. METODOLOGIA .....	14
3.1. Breve Histórico da Escola.....	14
3.2. Percorso Metodológico .....	16
3.3. Sobre o estágio: o período de observação .....	17
4. AÇÕES NA ESCOLA.....	18
4.1. Análise das observações e ações.....	21
5. CONCLUSÃO .....	25
REFERÊNCIAS.....	26
APÊNDICE .....	28

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir das vivências no Estágio Supervisionado. Essa experiência nos permitiu deslumbrar uma problemática que atinge a escola brasileira: De que forma o professor atende as crianças com algum tipo de deficiência, e como a escola conduz a inclusão.

A experiência foi com o ensino fundamental, onde pudemos fazer a relação prática e teórica, a pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Sérgio Luiz de Melo Gomes, situada na Rua João Alves de Oliveira, S/N, Bairro do Cordeiro, Guarabira- PB.

Nossas atividades na escola-campo ocorreram durante o primeiro semestre de 2016, divididas da seguinte forma: foram dois dias para observação e entrosamento com a turma e cinco dias para atuar na docência.

O intuito das duas primeiras visitas foi observar, ainda que de forma breve, o cotidiano da sala de aula, analisando a prática desenvolvida pela regente da turma, a relação entre professor-educando e, conseqüentemente, verificar se o trabalho realizado na sala de aula contempla uma aprendizagem significativa.

Esse momento de observação foi oportuno tanto para refletirmos quanto para planejarmos como seriam desenvolvidas as atividades destinadas à regência. A observação foi necessária devido ao fato de que planejamos melhor quando conhecemos a demanda com a qual iremos atuar.

O estágio tem o objetivo de aproximar o licenciando com sua área de formação, inserindo-o ainda que de forma breve na regência de ensino. Na prática, o graduando se depara com a realidade do cotidiano escolar, vivencia os desafios que fazem parte da profissão e reflete acerca da identificação enquanto docente.

Durante o período de estágio percebemos como é complexo lidar com os desafios existentes e os que surgem constantemente numa sala de aula. A turma do 5º ano da Escola Sérgio Luiz de Melo Gomes foi nosso objeto de estudo, nela vimos o quanto é difícil para um professor trabalhar a inclusão de crianças com deficiência de modo a contemplar suas necessidades de aprendizagem, respeitando os seus limites e explorando suas potencialidades.

No desenvolvimento deste texto faremos uma explanação sobre essa problemática, que para nós foi aquilo que se evidenciou de forma mais latente no período de observação e regência.

Para o embasamento teórico, além de nos apropriarmos das ideias dos autores já citados, também buscamos fundamentos no capítulo V das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- N° 9.394/96), capítulo que trata da educação especial; na Declaração de Salamanca (1994), considerado um dos principais documentos mundiais que trata da inclusão social; na Constituição Federal (1988), que preconiza a educação como direito de todos, dentre outros tratados que serão citados no decorrer deste artigo.

Este trabalho nasceu de uma inquietação durante o período de estágio. Na escola visitada vimos o desafio de se trabalhar à inclusão do aluno com deficiência de maneira significativa.

Sendo assim, o presente trabalho também está abordando a questão da formação do professor voltado ao trabalho com Educação Inclusiva, explicitando as conquistas e, em especial, os desafios que surgem no trabalho com a Educação Inclusiva em salas de ensino regular, bem como a falta de recursos para que o professor trabalhe de forma significativa na Educação Inclusiva.

Para tanto, o trabalho está dividido em partes para melhor compreensão do leitor. A primeira parte foi destinada a apresentação do trabalho descrito na Introdução, seguindo-se de uma explanação sobre inclusão, os conceitos e preceitos defendidos segundo a inclusão e o processo da Educação Inclusiva, propriamente dita, bem como as diretrizes legais que a defendem enquanto prática social e de respeito. Um segundo momento será destinado à apresentação da metodologia, resignando o percurso metodológico seguido e assim destacando os pontos de análise encontrados no decorrer da pesquisa.

Por conseguinte, a conclusão que encerra o pensamento do trabalho, após analisar as informações coletadas e fundamentá-las teoricamente.

## **2. O QUE SE ENTENDE POR INCLUSÃO E O QUE DIZ A LEI**

A Educação Inclusiva é um dos temas mais discutidos e importantes da atualidade. Ao tratar desse tema, estamos falando não só da educação em si, mas da participação das pessoas com deficiência na sociedade, ou seja, falamos de uma educação inclusiva que permita a inserção de todos os cidadãos na escola e na sociedade. Mas como definir Educação Inclusiva? No entender de Mantoan:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (2005, p.24).

Pelo exposto, podemos perceber que a educação é direito de toda criança, adolescente ou adulto, seja ele qual dificuldade tiver. E a constituição afirma isso, que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Portanto, todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de ensino regular. Nesse sentido a inclusão deve ser considerada como um:

Processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades; e à sociedade, implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001, p. 168).

De tal forma, para melhor compreender a inclusão escolar pode-se tratar da educação descrita em nossa Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Em seguida, no Artigo 206, a Constituição coloca a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A Lei nº 7853/89 aborda como crime a recusa de alunos com deficiência em qualquer estabelecimento de ensino seja público ou privado.

Seguindo o mesmo parâmetro da Constituição Brasileira, a Declaração de Jomtien (Tailândia) de 09 de março de 1990 tem como princípio que “toda pessoa tem direito à educação”. Entende-se, no entanto, que esse direito vai além da ideia da escola como depositário. A escola deveria estar preparada, organizada, equipada, com proposta pedagógica que contemplasse a todos em detrimento de suas especificidades, com plena acessibilidade. Percebe-se que há uma imensa lacuna entre o que se propõe e o que de fato se efetiva.

No ano de 1994, a ONU (Organização das Nações Unidas) concebeu na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca na Espanha, a Declaração de Salamanca, que é considerada um dos principais documentos mundiais visando à inclusão social. O documento apresenta princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais e apresenta orientações em níveis regionais, nacionais e internacionais acerca de como estruturar a educação especial.

Com participação no evento, o Brasil firmou a declaração com o compromisso de concretizar as ações precisas para efetivação de políticas públicas adequadas no que se refere a educação do aluno deficiente. Contudo, se percebe mais avanços em documentos que na prática. Prova disso é a condição da escola visitada.

Em 1996, entra em vigor a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB), que em seu capítulo V traz uma abordagem sobre Educação Especial, afirmando que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial”.

O decreto nº 5.626/05 conhecido como PNE (Plano Nacional de Educação) determina atualmente que Estados e municípios devem:

Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL 2005, Decr. Nº 5.626).

Esta meta deve ser cumprida até dois mil e vinte e quatro. A população brasileira deve acompanhar o processo no sentido de tentar garantir sua execução prática.

Refletindo sobre as abordagens das Leis em vigor, percebemos que são elas que determinam o acesso e a permanência do aluno com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, pois durante muito tempo na história os deficientes foram marginalizados, não participando da vida em sociedade.

Atualmente as leis vigoram para que esses sujeitos tenham direitos como todo e qualquer cidadão. Todavia, ao que refere ao cumprimento da lei, vemos que o mínimo é efetivado. A Escola Sérgio Luiz de Melo Gomes é a prova viva de que a Lei existe, vigora, mas não é cumprida na sua totalidade, pois ainda há muitas ações a

serem realizadas nos espaços escolares. Neste sentido nos remetemos à explicação de Mazzotta:

(...) a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que a requeiram ou educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão (2002, p. 36).

Vale ressaltar que não atribuímos a culpa dos pontos negativos, pelo menos os que se descrevem acima e que foram percebidos no estágio, ao corpo docente, pois são questões que estão além das possibilidades do professor solucioná-las ou até mesmo de uma gestão mais abrangente.

Porém, popularizar a inclusão também é uma forma de colocá-la em cena em nossa sociedade, uma forma de cobrar dos órgãos competentes medidas que a efetivem, dando a oportunidade ao educador de receber os recursos necessários a sua formação e aplicabilidade de função mediante a educação escolar. Só assim a educação socializadora e inclusiva estará sendo colocada em cena.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Breve histórico da escola**

A Escola Municipal Sérgio Luiz de Melo Gomes, está localizada na Rua João Alves de Oliveira, S/N – Bairro: Cordeiro, na cidade de Guarabira – PB, inaugurada no ano de 1986, na administração do prefeito Zenóbio Toscano.

Em 1995, a quantidade de matrículas na instituição era no total de 120 alunos, um número baixo, em consequência da qualidade de ensino ofertada pelo município na época e das frequentes greves dos funcionários públicos.

Atualmente a escola atende a 190 educandos; percebe-se que com o passar dos anos não houve um acréscimo considerável na clientela atendida na instituição, o motivo está ligado à construção de mais duas escolas nas proximidades. No entanto, a matrícula de 190 alunos corresponde a uma ampliação de 50% de alunos em relação ao número de matrículas na época da construção. Apesar disso, a

escola não foi ampliada e hoje não há condições de ampliação, visto que não há terreno disponível para tal ação.

A escola contempla a 1ª fase da educação básica, que vai do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. A equipe dirigente da escola é composta por uma gestora, uma gestora adjunta e uma coordenadora.

Com relação ao quadro de funcionários, a instituição dispõe, além da equipe gestora, de uma secretária, oito professoras, duas professoras auxiliares, duas cuidadoras (porém durante todo estágio, não apareceram), duas merendeiras, um auxiliar de serviços gerais e um vigia, totalizando um quadro de vinte servidores. Estes em sua maioria são concursados, apenas as duas cuidadoras são contratadas.

Ao que se refere ao espaço físico, a E.M.E.F. Sérgio Luiz de Melo Gomes é uma escola de pequeno porte. No espaço externo há dois portões de acesso, todavia apenas um fica aberto. A frente da escola é cercada por muros e em caso de alunos com dificuldades de locomoção ou cadeirantes há uma rampa que não é adequada, sendo alta e sem barra de proteção.

Ainda com relação à parte física, entre os muros da escola há muito mato, dando ao ambiente um aspecto pouco agradável. A pintura da parte externa apresenta-se desgastada, com os portões também ocorre o mesmo problema. Na parte interna, a escola foi dividida em quatro salas de aulas com bom espaço, embora estejam desgastadas.

Observamos que na entrada de três das quatro salas foram construídas rampas, todavia, sem barra de apoio, sem os cuidados arquitetônicos que garantem o declive necessário e sem a borracha antiderrapante que garante a segurança. Há também dois banheiros pequenos: um feminino e um masculino, uma cantina limitada em espaço com uma pequena dispensa, uma sala subdividida em duas partes, numa delas funciona a diretoria e na outra um laboratório de informática, a subdivisão da sala é feita por armários.

Entre a cantina e a sala da direção há um pequeno pátio, é nele que as crianças brincam e passam o recreio. Observando a movimentação no pátio antes do início da aula, tem-se a impressão de que o ambiente se torna ainda mais limitado em espaço quando os educandos das quatro salas se encontram para brincar.

Em referência ao piso da instituição, parte é composto por pedras e outra parte por cimento, “o que chamamos de piso grosso”. Essa descrição demonstra a ausência de cuidados com a infraestrutura da escola, e como consequência há prejuízos para os alunos. Vimos que a escola não foi pintada nesse ano letivo, o que causa uma sensação de desleixo.

Referente às atividades desenvolvidas na instituição, citamos a atuação do conselho escolar, as reuniões quinzenais ou bimestrais, contando com a participação do corpo docente junto aos pais de alunos, coral e o Projeto Mais Educação (1º ao 5º ano).

### **3.2. Percorso metodológico**

Foi utilizada neste trabalho a pesquisa de cunho qualitativo, sendo bibliográfica e embasada nos autores: Aranha (2001), Mazzotta (2002), Mendes (2001), dentre outros, como também uma pesquisa de campo, na qual fizemos observações e narrativa dos fatos encontrados durante o momento in loco. Também aplicamos um questionário (APÊNDICE) que contribuiu na coleta de informações e no processo de análise.

Referente à pesquisa de cunho qualitativo:

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores em pesquisas qualitativas recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Já no que condiz a pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos:

[...] é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (1992, p.75).



Todo o processo de coleta de dados se deu através do estágio supervisionado nesta instituição, assim, foi possível formular dados e conceitos acerca da temática, contribuindo na formação acadêmica e nos pressupostos segundo a Educação Inclusiva e a formação do profissional da educação.

### **3.3. SOBRE O ESTÁGIO: o período de observação**

O estágio assume um papel muito importante na formação dos professores nos dias atuais e atinge várias modalidades de ensino, visando preparar os estagiários para o trabalho produtivo. Por isso é relevante compreender o significado do que seja estágio. A legislação vigente, BRASIL/LEI Nº 11.788/2008 em seu Art. 1º diz que:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Neste sentido, o estágio não representa apenas um momento a mais para observar, aplicar questionários, criticar ou rotular a prática pedagógica do professor que está sendo observado, mas a oportunidade do estagiário vivenciar de fato a realidade educacional da qual futuramente fará parte. É um meio que pode levá-lo a identificar novas e variadas estratégias para solucionar problemas que muitas vezes ele nem imaginava encontrar em sua área profissional.

A turma selecionada para realização do estágio foi a do 5º ano do ensino fundamental I, composta de vinte e nove alunos matriculados e frequentando assiduamente. A faixa etária dos educandos varia entre 10 a 17 anos. Há duas alunas especiais, as mesmas apresentam laudo médico.

Uma das alunas, de iniciais RHMS, não participa das atividades regulares, uma vez que apresenta deficiência mental e não consegue acompanhar os conteúdos apresentados, ficando, portanto, à parte das atividades propostas. Essa aluna faz atividades paralelas que não condizem com o conteúdo exposto.

Situação parecida acontece com outra aluna, de iniciais NBO, também deficiente mental, mas de forma mais leve. Esta consegue transcrever os conteúdos

do quadro para o caderno. Todavia, não desenvolve as habilidades necessárias para responder sozinha aos exercícios, por isso apenas faz cópia do que ver no quadro.

Esse tipo de comportamento chamou a nossa atenção: é possível uma inclusão que não inclui? Como podemos chamar de inclusão o fato de uma criança encontrar-se no mesmo ambiente das demais, mas não participar de nenhuma atividade partilhada com as outras? Não seria esta uma forma cruel de exclusão?

A docente usou a oralidade para introduzir o conteúdo, fez algumas explanações escritas. Em seguida, a mesma ficava sempre passando nas carteiras dos educandos para observar se eles estavam copiando adequadamente. As alunas com deficiência continuavam à margem de todo o processo. Apesar da maioria da turma ter se mostrado participativa, houve uma inquietação, enquanto estagiária, em relação às alunas com deficiência.

De início foi realizada a acolhida. Posteriormente, uma dinâmica com o objetivo de promover uma interação entre os alunos. Os alunos gostaram e interagiram muito bem uns com os outros no decorrer da dinâmica. A aluna NBO se recusou a participar e a aluna RHMS, não participou, pois além de não falar não possui coordenação motora.

Dando continuidade apresentamos a disciplina que seria trabalhada naquela aula, a qual foi a de Língua Portuguesa, cujo tema desenvolvido foi os “Sinais de Pontuação”. Na volta do intervalo corrigimos a atividade de maneira conjunta, momento em que os alunos foram expondo as suas respectivas respostas. Assim, extraímos as dúvidas e reforçamos mais o tema trabalhado.

É preciso ressaltar que a aluna RHMS fez uma atividade de pintura, que não condizia com a atividade que os outros alunos estavam desenvolvendo. Vale ressaltar que a mesma demonstrou dificuldade até mesmo nas atividades de pintura, isso se dá pelo motivo citado anteriormente, que é a falta de coordenação motora.

#### **4. AÇÕES NA ESCOLA**

Após as observações, realizadas em dois dias, iniciamos as intervenções. No primeiro dia de estágio compareceram ao recinto 25 alunos. Novamente nos incomodou o fato de que não conseguimos integrar as crianças com necessidades educacionais especiais. Talvez por isso ter-se tornado na escola um fato

“corriqueiro”, tais crianças tenham impacto quando tentamos chegar perto e integrá-las de alguma forma.

Percebeu-se nesse dia que a maior parte da turma acompanhava normalmente as explicações, com desejo de aprender aquilo que estava sendo ensinado. Todavia, é preciso dizer que mais uma vez a aluna RHMS ficou à parte do conteúdo lecionado, desenvolvendo suas atividades alheia ao que os demais alunos estavam fazendo. Quanto à aluna NBO, continuava copiando os conteúdos sem que lhe fosse dada atenção especial devido suas necessidades.

Por se tratar de uma turma numerosa, percebemos que não é fácil para a professora desenvolver um trabalho que contemple uma aprendizagem significativa das educandas com necessidades educacionais especiais. Observamos que trabalhar com alunos que necessitam de uma atenção específica para terem suas potencialidades desenvolvidas é um desafio a ser vencido dia a dia.

No dia seguinte estavam presentes 28 alunos, dentre eles as adolescentes com deficiência, uma delas acompanhada pela mãe. Estando todos os presentes, deu-se início as atividades de regência. Iniciamos a aula com uma LEITURA DE DELEITE. Na sequência, apresentamos para a turma um novo assunto, que foi “Os tipos de Frases”. Ao explanarmos todo o assunto, dividimos a turma em grupos e entregamos um exercício impresso.

A aluna NBO não tentava responder as atividades por si só, ficava aguardando as respostas serem escritas no quadro para então copiá-las nos espaços correspondentes. Enquanto a aluna RHNS, assim como nas aulas anteriores, fazia atividades paralelas ou mesmo ficava sem fazer nada.

No terceiro dia de regência, as carteiras estavam em círculo, o que facilita a locomoção no espaço, pois com o número considerável de alunos matriculados, a sala de aula com as carteiras enfileiradas torna o espaço pequeno para movimentação.

Reapresentamos como conteúdo: “Os tipos de frases”. Na sequência, passamos com uma caixa com várias palavras escritas, pedimos que cada aluno retirasse quatro palavras da caixa e para cada uma escrevesse um tipo de frase. Esta atividade teve como objetivo instigar o aluno a escrever suas próprias frases e nos mostrar a compreensão que os mesmos tiveram sobre o conteúdo.

Com relação à atividade preparada para a aluna RHMS, levamos papel crepom para trabalharmos coordenação motora com a mesma. Interessante o fato

de que numa mesma sala de aula tem duas alunas com deficiência, uma delas totalmente dependente de outra pessoa para realizar qualquer ação que seja, todavia, a aluna não é acompanhada por cuidador.

Para a discente NBO procuramos ao máximo auxiliá-la na resolução do exercício, levando em conta as dificuldades que a mesma apresenta.

No quarto dia de estágio supervisionado vinte e cinco alunos compareceram ao recinto. A aluna RHMS, não compareceu. Como conteúdo, abordamos expressão numérica simples, envolvendo adição e subtração. Introduzimos com uma explanação oral seguida de exemplos.

Quando percebemos que houve compreensão do conteúdo por parte deles, entregamos um exercício para a fixação. Mesmo sendo problemas simples, percebemos durante a execução que os alunos têm grande deficiência na interpretação. Levando em conta o que vivenciamos e a observação feita no início do estágio, é possível afirmar que essa deficiência é resquício de uma matemática mais técnica e descontextualizada, trabalhada em geral nas escolas.

Nesse dia percebemos a aluna NBO ainda mais silenciosa que nos dias anteriores, perguntamos se ela queria ajuda para resolver a atividade, com o sinal de afirmação por parte da mesma a ajudamos. Procuramos utilizar materiais mais concretos para ver se havia aprendizagem, uma vez que havia dificuldades em acompanhar atividades mais subjetivas. Obtivemos certo êxito, o que nos satisfez.

Com a correção da atividade e os encaminhamentos para a próxima aula, encerramos o penúltimo dia de estágio.

Para a conclusão das atividades pré-estabelecidas no espaço escolar, no sétimo dia de regência foi realizada a culminância do estágio. Neste dia estavam presentes vinte e seis alunos. Iniciamos a aula com a exibição de um filme curta metragem do Pateta “Professor também é gente”. Os alunos comentaram o filme fazendo uma relação com o seu cotidiano escolar e reconheceram as dificuldades que o professor enfrenta em seu dia a dia, assim, também compartilhamos as nossas opiniões sobre a profissão docente.

Em seguida, realizamos a “Dinâmica da Caixa”, cujo objetivo foi fazer com que eles identificassem as qualidades uns dos outros de uma forma positiva, conseqüentemente elogiando uns aos outros de uma maneira bem descontraída. Neste último dia de nossa regência, a aluna RHMS não compareceu à aula, já a aluna NBO participou, mas quando chegou sua vez de repassar a caixa, ela

recusou-se, pois julgou não haver ninguém na sala que ela considerasse como sendo amigo (a) seu (a). Após muita insistência, ela enfim repassou a caixa para que a dinâmica pudesse continuar.

Ao finalizarmos a dinâmica, propomos a produção de uma carta aos alunos, na qual eles deveriam nos dizer o que significou nossa convivência com eles durante os dias de estágio. Distribuimos folhas de sulfite e deixamos que eles escrevessem. A maioria sentiu necessidade de ilustrar, o que foi permitido.

Trabalhamos ainda três dinâmicas e apresentamos a letra da música NÃO PRECISA MUDAR, do Balão Mágico. Lemos, trabalhamos as palavras e depois promovemos uma interpretação oral. Nosso objetivo era que os alunos entendessem que todos nós somos diferentes, mas ao mesmo tempo somos todos especiais. O importante é ser amigo. E se é amigo, não precisa mudar. Ouvimos a canção e terminamos esta atividade com a dinâmica do abraço.

Nesse último dia de estágio foi notório o carinho dos educandos por nós, percebemos o quanto nossa presença marcou positivamente cada um deles, o que nos alegrou, pois com essa demonstração de carinho sentimos que nosso trabalho foi significativo para eles.

#### **4.1. Análise das observações e ações**

Partindo do que foi relatado durante a vivência de estágio supervisionado, é possível ver que a turma na qual sucedeu a regência é uma turma numerosa, os alunos mostram um bom nível de aprendizagem. A professora apresenta um considerável domínio de classe e de conteúdo, a maneira como conduz suas atividades contempla a aprendizagem da maioria dos seus educandos.

Em geral, o resultado seria satisfatório para nós, exceto pela presença de duas alunas com deficiência mental, dizemos isto não pelo fato de serem alunas com deficiência, mas pela forma como a escola conduz o processo de inclusão das mesmas, são alunas que estão inseridas, mas não estão incluídas. Espera-se delas apenas que fiquem em seu lugar e que “não atrapalhem”.

Parece que os alunos com necessidades educacionais especiais somente tem espaço na escola regular se não causam conflitos, pois nos momentos em que este ocorre são normalmente tratados e também suas famílias, como se estivessem ocupando um espaço inadequado. (EMILIO, 2008, p.144).

A inclusão da criança com deficiência não acontece apenas inserindo-a no espaço regular de ensino, mas desenvolvendo um trabalho comprometido que se volte para o seu processo cognitivo, levando em consideração a limitação do educando.

O relato acima demonstra que a escola tem garantido o acesso, mas a permanência está totalmente desprovida das condições de igualdade e de possibilidades do desenvolvimento cognitivo para alguns alunos.

O artigo 208 da Constituição Federal Brasileira, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No entanto, antes de inserir uma criança na rede regular de ensino, é preciso verificar se o ambiente é propício para acolher o educando em sua especificidade, analisando alguns pontos que não se limitam apenas em observar a prática desenvolvida pelo docente, mas considerar que toda escola, em termos de estrutura física, de profissional com conhecimento específico, material adequado para atender essa clientela, dentre outros pontos, precisa estar de acordo ao atendimento educacional especializado.

Levando em conta o contexto histórico em que a escola visitada foi construída (no ano de 1986), de acordo com os estudos até aqui realizados, percebemos que era uma época em que a inclusão não era abordada como hoje. Não era comum atender ao público da educação especial, portanto não havia um planejamento enquanto construir uma escola adaptada para essas pessoas. Esse é um problema que se solidifica nos dias atuais e que perpetuará pelos próximos anos, uma vez que tais escolas sequer possuem espaço para modificação da estrutura.

A escola em questão, não dispõe de espaço para que tenha sua estrutura física ampliada, as poucas adaptações feitas parecem improvisadas, a exemplo das rampas da entrada da escola e as das salas de aula. Em síntese, não há terreno ao redor da instituição para ampliar o recinto.

A lei aborda como direito de “todos” o acesso e a permanência, mas o que vemos é uma realidade distante do que é para ser cumprido.

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há

inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN, 2003, p.31).

De nada adianta uma criança com deficiência frequentar a rede regular de ensino se a escola não dispõe de meios para promover o seu crescimento cognitivo e social. Sem apoio e sem recursos o professor pouco consegue contribuir no desenvolvimento do educando.

De acordo com o guia Saberes de Práticas da Inclusão do MEC (Ministério da Educação), a “preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator-chave na promoção da mudança para escolas integradoras” (BRASIL, p.27, 2006). O profissional educador deve ter uma formação pedagógica voltada para atender as necessidades específicas do estudante, contemplando suas habilidades no processo de formação nas fases iniciais de ensino.

A formação da professora não atende a esta necessidade, o que conduz ao fato de que a grade curricular das unidades formadoras, apesar de já conterem disciplinas voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência, precisa investir mais na parte de didática, dando um suporte maior aos estudantes para trabalhar com tal demanda.

É notório que a formação docente no Brasil não contribui suficientemente para o desenvolvimento dos alunos para que tenham sucesso em suas aprendizagens escolares. Muitas vezes os professores sequer recebem formação adequada para trabalhar com alunos com necessidades especiais, mas são forçados a aceitar tais alunos.

É o que acontece com a docente responsável pela turma alvo de nosso estudo. Ela possui licenciatura em Geografia e Pós Graduação em Psicopedagogia. Leciona há 24 anos, sendo 04 nessa instituição e afirmou em entrevista concedida para este trabalho que nunca recebeu formação específica para lidar com alunos especiais.

Na turma do 5º ano da Escola Sérgio Luiz de Melo Gomes, em consequência do grande número de alunos matriculados – 29 ao todo -, a professora fica dividida entre dar o apoio que as duas alunas com necessidades especiais necessitam e ao

mesmo tempo atender aos demais educandos. Ela relatou que é esta a principal dificuldade que enfrenta.

A escola conta com os serviços de duas cuidadoras, todavia nenhuma se fez presente na instituição no período de estágio, não nos informaram o motivo e vale ressaltar que uma das educandas necessita do acompanhamento de uma cuidadora, pois além da deficiência mental severa por causas não identificadas pelos especialistas, a educanda também apresenta dificuldades motora.

Sabe-se que em sala de aula com grande número de alunos matriculados, se nesta houver a presença de crianças com necessidade educacional especializada, a qual ultrapasse as condições do professor atender e que seja comprovado por laudo, faz-se necessário a presença de um cuidador na sala para prestar apoio à criança no processo de interação no ambiente escolar e nas atividades básicas que ela não possa realizar sozinha, tais como: ir ao banheiro, comer ou se comunicar.

Para fundamentar em termos legais o que foi dito acerca da presença de cuidador nas salas regulares, a lei 9.394/96, no primeiro parágrafo do artigo 58, diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial”.

Esse pré-requisito legal, no entanto, não é cumprido dentro de tal instituição. Quando indagada sobre o porquê da ausência do cuidador, a docente nos disse que faltam pessoas qualificadas para ocupar tais vagas e que as duas de que a escola dispõe são insuficientes para atender a quantidade de alunos que necessitam deste serviço.

A inclusão acontece quando o sujeito, o ambiente físico onde está inserido e os atores envolvidos no processo educacional estão em ampla harmonia, criando metas e ações efetivas voltadas para o desenvolvimento psicopedagógico do aluno. O relato em tela mostra-se contraditório em relação a esta afirmação.

Mediante esta realidade, vimos que desenvolver um trabalho que contemple a aprendizagem de todos os discentes é um grande desafio para a regente da turma.



## 5. CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi relatado, podemos afirmar que a atividade de estágio, proporcionou um processo de aprendizagem e reflexão fundamental e importante no processo de formação acadêmica.

Por meio do convívio com os educandos, ampliamos nossos conhecimentos, fazendo as devidas articulações entre teoria e a prática. O momento in loco nos promoveu essa aproximação com nossa área de formação. O conhecimento teórico aprendido na universidade passa a ter um sentido maior, pois no campo de estágio nós discentes vivemos a realidade de uma sala de aula.

A partir de nossas vivências no período de estágio, afirmamos que foi uma experiência oportuna para nosso amadurecimento para uma futura atuação docente.

Vimos a complexidade que é uma sala de aula, sentimos na pele o desafio que é para o professor trabalhar com a inclusão de crianças deficientes, quando não se há o apoio, material, psicológico e/ou estrutura adequada para atender a essa demanda de alunos. Na escola em questão, sentimos sensações de alegria ao vermos a maioria da turma assimilando o conhecimento explanado por nós de forma significativa, mas sentimos também certa frustração por nos depararmos com alunos com deficiência mental e não sabermos como agir com esses sujeitos.

Além de percebermos que aquilo que está escrito na lei não é posto em prática, e se o é, acontece de forma desprovida das condições necessárias para sua efetivação. Nesse momento de aproximação com nossa área de formação, percebemos que está na profissão docente não é uma tarefa fácil de realizar, pois esta é uma profissão que exige um trabalho com grande compromisso, o professor precisa estar preparado para lidar com inúmeras dificuldades que surgem no cotidiano de uma sala de aula.

Levaremos conosco a certeza de que para estarmos na profissão docente, e fazermos a educação ser significativa para todo e qualquer aluno, seja ele deficiente ou não, precisamos nos tornar além de professores, pesquisadores assíduos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Papirus, 2000.

ARANHA, Maria Salete Fabio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. In: Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, pp. 160-173, 2001.

BRASIL CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2016.

----- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 14 mai. 2016.

----- **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2016.

----- **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm).> acesso em: 04 mai. 2016.

----- **Plano Nacional de Educação-PNE. Brasil, 2014**. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

EMILIO, Solange Aparecida. **Grupo e Inclusão Escolar: sobre laços, amarras e nós**. São Paulo: Paulos, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

-----, M<sup>a</sup> Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócio educacional**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Raízes históricas da educação inclusiva**. São Paulo: Marília, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001.

## APÊNDICE

### Questionário

1-Nome da Instituição:

2-Endereço:

3-Qual a sua formação?

4-Qual o tempo de docência do professor?

5-Há quanto tempo leciona nesta instituição de ensino?  
Efetivo ( ) Contratado ( )

6-Série em que leciona?

7-Quantos alunos estão matriculados na turma?

8-Em média, quantos frequentam as aulas regularmente?

9-Quantos dos alunos matriculados nesta turma têm necessidade educacional especial? E qual o tipo de deficiência?

10-Há cuidador na turma? Sendo não a resposta, explique por quê.

11-O professor(a) recebeu alguma formação para trabalhar com alunos com necessidades especiais?

12-Existe (m) dificuldade (s) para desenvolver uma prática que contemple a aprendizagem de todos os alunos mediante as peculiaridades de cada um? Sendo SIM a resposta, qual (is) dificuldade (s)?

13-A respeito da estrutura física se trata de uma escola acessível às pessoas com deficiência?

14-A escola dispõe de recursos didático-pedagógicos para auxiliar na prática docente destinada aos alunos com necessidades especiais? Em caso positivo, quais?